

Secretaria Nacional de
Assistência Social



10 ANOS DA TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

DE ONDE PARTIMOS?

- Política de Assistência Social: um direito social de cidadania
 - Compõe a seguridade social com as políticas de Saúde e Previdência Social
 - Realiza a proteção a quem dela necessitar, atuando na prevenção e no enfrentamento de vulnerabilidades e riscos sociais
 - Materializa e reconhece o papel estatal na proteção a famílias e indivíduos
- Seguranças afiançadas pelo SUAS: renda e autonomia, convívio e acolhida
 - Participação das famílias no enfrentamento das vulnerabilidades e riscos
 - Atuação integrada no território, com as demais políticas setoriais e Sistema de Justiça

O **CREAS** oferta atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco ou violação de direitos



Equipamentos de referência para a proteção social das famílias (busca ativa, atendimento)



As **unidades de acolhimento** buscam ampliar condições de equilíbrio do arranjo familiar e reforço do núcleo afetivo de referência

O **CRAS** é a porta de entrada que articula e integra o SUAS e as políticas públicas nos territórios



Olhar sobre as trajetórias, ciclos de vida, território de vivência, vulnerabilidades e riscos



NOSSOS NÚMEROS NO TERRITÓRIO

8.393 CRAS e 2.672 CREAS

27 milhões de famílias no
CAD-Único

1,2 mil
Equipes
Volantes

8 mil Centros
de
Convivência

Mais de 6 mil unidades de
acolhimento

Quase 1,5
milhão de
famílias
acompanhadas
por mês

Mais de 40 mil
famílias
beneficiárias do
PBF
acompanhadas

Mais de 300 mil
técnicos atuando
nas unidades

2 milhões de
atendimentos
no SCFV

Mais de 1,3 mil
crianças em
famílias
acolhedoras

130 mil pessoas
acolhidas

A ORGANIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)
 - Estrutura um novo paradigma para a proteção social
 - Atuação preventiva e protetiva
- NOBSUAS/2005 : diretriz de comando único da Política de Assistência Social
 - Orienta a ação de gestores nos três níveis federativos, conforme suas responsabilidades
- Tipificação Nacional (Resolução CNAS 109/2009)
 - Complementa os dispositivos da LOAS
 - Regulamenta os Serviços do Sistema Único de Assistência Social.

A PADRONIZAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS

- Importância de romper com a lógica fragmentada das ofertas de políticas públicas
 - Definição e padronização nacional dos serviços socioassistenciais
 - Orientação para a implementação e o atendimento da população em âmbito local
 - Base para o financiamento
 - Organização da relação com organizações da sociedade civil no SUAS
 - Possibilitar o exercício do controle social

ALGUNS MARCOS TEMPORAIS



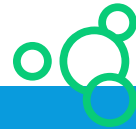
Marcos Legais

1988: CF e criação do Sistema de Seguridade Social

1993: promulgação da LOAS

2009: Aprovação de lei que Institui o CEBAS

2011: Altera a LOAS para instituição do SUAS



Planos e Políticas

1999 – Primeira Política Nacional de Assistência Social

2004 – PNAS

2005 – I Plano Decenal

2016 – II Plano Decenal



Organização do Sistema

1997: Primeira Norma Operacional Básica da Assistência Social

2005 – NOB/SUAS

2006 – NOB-RH/SUAS

2012 – NOB/SUAS



O Atendimento

1999 - Criação do Núcleo de Apoio à Família

2001: criação do Programa Sentinela e do PETI

2004 – Criação do PAIF e transição do Sentinela para o CREAS

2007 – BPC na Escola e Benefícios Eventuais



2009 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA TIPIFICAÇÃO

- Deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social (2006)
- Elaboração de uma matriz que padronizasse as ofertas:
 - Nomenclatura
 - Descrição
 - Funcionamento
- Percurso de elaboração
 - Contratação de consultoria (2008)
 - Seminários Internos (2008)
 - Debates com gestores (2008)
 - Consolidação dos Resultados (2009)
 - Pactuação na CIT (2009)
 - Aprovação pelo CNAS (2009)

Proteção Social Básica

(CRAS, Centros de Convivência e Unidades referenciadas)

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio

Proteção Social de Média Complexidade

(CREAS, Centro-Dia Centro Pop e Unidades Referenciadas)

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
Serviço Especializado em Abordagem Social
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Proteção Social de Alta Complexidade

(Unidades de Acolhimento, Famílias Acolhedoras)

Serviço de Acolhimento Institucional
Serviço de Acolhimento em República
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

2009 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

2009 – Caderno de Orientações técnicas do CRAS

2017 – Orientações Técnicas sobre PSB no Domicílio

2012 - Criação do Programa ACESSUAS Trabalho

2013 - Reordenamento do SCFV

2009 – Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda

2010 - Criação dos Centro POP

2011 – Caderno de Orientações Técnicas do CREAS

2009 – Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento de Crianças e adolescentes

2009 – CRAS Estrutura Física: Orientações para gestores e projetistas municipais

2010 – O CRAS que temos e o CRAS que queremos

2018 – Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS

2017 – Orientações Técnicas ACESSUAS

2013 – Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

2018 – Caderno de Atividades SCFV o a 6 anos

2012 - IGDSUAS

2011 – Caderno de Orientações Técnicas Centro POP

2015 – Orientações Técnicas do Serviço de PSE para pessoas com deficiência

2013 – Reordenamento dos Serviços de Acolhimento

2012 – Cadernos de Orientações Técnicas do PAIF

2017 – Trabalho Social com Famílias Indígenas na PSB

2019 – Inclusão de beneficiários do BPC no CAD-Único

2016 – Fundamentos do TSF no SUAS

2016 – Orientações Técnicas PAIF e SCFV – Articulação necessária na PSB

Somos uma política em permanente construção...

2016 – Orientações Técnicas serviço de MSE

2019 – Orientações Técnicas para elaboração do PIA

10 ANOS DEPOIS, ONDE ESTAMOS?

- Tipificação como documento organizativo das ofertas no território
 - Construção de uma identidade nacional para os serviços socioassistenciais
 - Permitiu o detalhamento das ofertas por meio de orientações técnicas e cadernos metodológicos
 - Base normativa para o financiamento do SUAS e a prestação de contas dos entes ao FNAS

10 ANOS DEPOIS, ONDE ESTAMOS?

- Um novo paradigma para a assistência social no Brasil
 - Atendimento articulado: serviços continuados e concessão de benefícios
 - Aprimoramento das ofertas a partir de instrumentos de vigilância
 - Processo de implementação a partir das instâncias de pactuação e controle social

REFLEXÕES PARA A QUALIFICAÇÃO DAS OFERTAS

Quais as mudanças conseguimos alcançar na vida das famílias e indivíduos?

A TIPIFICAÇÃO 10 ANOS DEPOIS: UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO

- O que pensam o conjunto de atores que vêm construindo o SUAS ao longo de sua existência sobre a Tipificação?
- Os parâmetros nacionais contemplam ajustes às distintas realidades locais do País? Eles refletem as ofertas tal como acontecem no território?
- Nossas orientações estão adaptadas para lidar com a diversidade e as especificidades de público e territórios?
- A Tipificação contempla a integração entre serviços e benefícios no território?
- A tipificação consegue comunicar nossas ofertas para além da nossa rede (ex. sistema de justiça)?
- Qual o papel das organizações da sociedade civil de Assistência Social na construção e qualificação do SUAS?

A TIPIFICAÇÃO 10 ANOS DEPOIS: UM OLHAR SOBRE O DOCUMENTO

- Quais os principais problemas, potencialidades, distanciamentos entre a normativa e a realidade observada?
- A descrição dos serviços e construção de metodologias de atendimento tem sido suficiente para permitir um atendimento de qualidade?
- Os avanços empreendidos na normatização da oferta levam à necessidade de aprimoramentos?
- O que as fontes oficiais de informações e de pesquisas (ex. Censo SUAS, consultorias, Câmaras Técnicas) nos dizem sobre a efetividade da Tipificação e a necessidade de qualificar esse documento?
- Quais os melhores formatos e conteúdos para alcançarmos a qualificação das ofertas e do atendimento prestado às famílias?

SUAS

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“MODO DE USAR”



ZINARA

“Assim como estão organizados, os serviços, benefícios, programas e projetos são respostas da política pública de assistência social no momento presente.

Novas configurações poderão surgir em resposta a diferentes expressões e manifestações de vulnerabilidades e riscos sociais, a partir da avaliação da efetividade dos serviços e/ou por iniciativas e proposições da sociedade e do poder público.”

OBRIGADA!

<http://mds.gov.br/plone/central-de-conteudo/assistencia-social/publicacoes-assistencia-social/>